

# COM LICENÇA EU VOU À LUTA: a maioria pela escrita

Maria Helene Werneck

UERJ-LETRAS

MACIEL, Eliane. *Com licença eu vou à luta. (é legal ser menor?)*. 17ª edição. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1986.

No primeiro contato telefônico que Eliane faz com sua família, depois de ter deixado a sua casa em Nilópolis, a mãe a avisa para tomar cuidado e não escrever coisas íntimas em cartas ao namorado, porque “era seu hábito mostrar a todo mundo”. A mãe se referia à carta escrita pela filha a Otávio com a intenção de isentá-lo da responsabilidade de sua fuga de casa. Eliane, irritada, responde à mãe que “é mesmo muito bom que todo mundo leia o que eu escrevo”. O trecho situado quase ao final da narrativa nos parece importante para não só compreender o depoimento pessoal que o livro encerra, mas também para descobrir o significado da escrita autobiográfica na trajetória de vida de Eliane Maciel e situar este gênero de prosa na literatura produzida hoje no Brasil.

Em *Com licença eu vou à luta* Eliane abre para o leitor as portas de seu universo de menina e adolescente, filha de uma família de pequena classe média, moradora da Baixada Fluminense. Pai militar, irmão pequeno com problemas neurológicos e mãe dedicada exclusivamente à rotina doméstica constituem o núcleo desta família, a que se vem agregar em definitivo a avó e a tia com seus dois filhos, toda vez que se desentende com o marido. Embora o eixo da tensa narrativa seja construído em torno do namoro proibido de Eliane com um homem desquitado e dezoito anos mais velho, é através dos textos intitulados “Memórias de Nane”, dispersos fragmentariamente no correr do relato central, que nos apoderamos da história pessoal da autora, da intimidade de sua consciência e da força vital de suas emoções: “Conto as experiências de minha vida comum de menina

de beira de cidade grande, mergulhada em migração, falta de espaço e saneamento básico no meio externo e dentro de casa. Descrevo coisas particulares e mostro aquilo de mim que a tão poucos foi dado a conhecer”.

Os episódios das “Memórias de Nane” ora se aproximam, ora se afastam do presente da narração, do momento da escrita, e do passado bem recente do confronto com a família por causa do namoro fora dos padrões. São eles que registram a rotina no colégio-prisão, os abortos da mãe, o nascimento do irmão, a ingenuidade do primeiro namoro aos nove anos, a experiência da “dor da rejeição” na indiferença do “menino feio e gordinho, mas muito inteligente”, os dois processos de terapia a que se submeteu na infância e no início da adolescência, o amor e a entrega ao “rio” que emanava de Otávio. Numa vida tão curta, os fatos valem, não pelo peso resultante de sua soma, mas pela dramaticidade como foram sofridos e pela clareza com que os limites entre perdas e aquisições ficaram gravados na memória.

Sem o menor pudor, Eliane se despe e mostra aos leitores que as transformações do seu corpo revelam uma dolorida trajetória através da qual armazena lucidez e coragem para o confronto final com a família e o seu destino. É justamente esta vida interior intensa, forjada na solidão curiosa e questionadora da infância e da pré-adolescência, que explode a partir do encontro com Otávio. Neste momento, a narrativa desata, fluindo vertiginosamente numa sucessão de falas dialogadas que ora polarizam e afastam pela agressividade Eliane e a mãe, ora aproximam e enlaçam, pela completude solidária, Eliane e Otávio.

Armada de discernimento e opinião, pronta para atravessar a ponte para a maturidade, Eliane vê, entretanto, seu caminho impedido por um obstáculo incontornável: a sua condição de menor. Legalmente ela é propriedade dos pais, considerada, portanto, incapaz de se responsabilizar por si mesma, entregue como está ao *pátrio poder*. Sem as condições estipuladas por Lei para se emancipar — casamento ou comprovação de renda suficiente para se sustentar —, ela passa a ser objeto de rígido controle da família que não transige de forma nenhuma. Inútil tática. Eliane prepara-se para o rompimento definitivo e parte para o encontro de si mesma, em outra cidade.

Se o gesto de partir para uma nova vida, em nova cidade, foi suficiente para, em decorrência da distância, afastar do corpo-a-corpo os tempos de opressão e histeria destrutiva, teria sido este mesmo gesto suficiente para legitimar a conquista maior — a liberdade de ser dona da própria vida?

Voltamos ao texto do livro e poderemos, agora, juntar dois fragmentos: o diálogo com a mãe, transcrito inicialmente, com aquele em que, nas primeiras páginas de sua autobiografia, Eliane confessa: “Estou escrevendo esse livro para talvez me livrar de um passado sobre o qual não consigo descer uma nuvem suficientemente densa para que ele me deixe de atormentar”. Um projeto insinuado na seqüência que abre a narrativa, datada de julho de 1980: “Talvez eu escreva um livro. Certo! Por que não? Os fantasmas presos no papel. Adeus recordações indesejáveis. Adeus olhos ardendo de sono”.

Longe do inferno familiar, exercitando uma forma pacífica de luta, Eliane resolve contar a história de sua vida. A escolha é pela autobiografia, porque este gênero poderia libertá-la de um contrato com a família que, resguardado pela Lei, só admitia uma hipótese de liberdade: a praticada sob a face da mentira e da dissimulação. Livre deste primeiro contrato, seria possível substituí-lo por um outro, aquele estabelecido entre a autora Eliane Maciel e os leitores. Este último contrato elege um novo valor de referência: a autenticidade, cuja base é a intenção de deixar de lado o fingimento e contar a verdade de si mesma. Forma inusitada, portanto, de praticar a liberdade e sentir-se dona de si.

Philippe Lejeune, crítico francês com vários estudos sobre auto-biografia, diz-nos que “nós não temos nunca, verdadeiramente, a posse sobre a nossa vida, mas podemos ter a ilusão de nos transformamos em autores da nossa própria vida *escrevendo-a*, com a condição de que nos esqueçamos de que se somos detentores do direito sobre a escrita não somos inteiramente detentores do direito sobre a nossa vida” (*Je est un autre*, 1980). A forma autobiográfica, preferida à forma ficcional por Eliane Maciel, responde, portanto, à necessidade de continuar rumo à maioridade, deflagrada a partir do encontro com Otávio, e inicialmente concretizada no abandono da casa paterna. Fiel ao desejo de constituir-se como ser uno e autônomo. Eliane opta pela escrita autobiográfica porque esta lhe dá a oportunidade de se crer um sujeito pleno e responsável.

Deixando a pele da adolescente frágil, mas inteligente e audaciosa, para investir-se no papel de *autora*, Eliane entrega ao passado e à escrita o seu rosto de “menina de beira de cidade grande” e se torna alguém que escreve e que publica, uma pessoa real, socialmente responsável. Neste segundo salto, realizado através de sua escrita autobiográfica, Eliane conquista a comprovação de uma maioridade que a Lei não previra, mas

que cabe ao público leitor, com a sua peculiar autoridade, atestar. Por isso, “é mesmo muito bom que todo mundo leia o que eu escrevo”.

Com os fantasmas presos no papel (“despeço-me de todos que compuseram o meu passado”), fortalecida pela maioridade subjetiva tornada pública pela leitura que a sociedade faz de sua escrita adolescente, Eliane Maciel se inscreve entre os autores de uma das mais generosas vertentes da prosa literária brasileira — a da prosa autobiográfica. Introduzida pelos textos dos exilados políticos, no final dos anos 70, a autobiografia dos jovens rompe com o privilégio sempre concedido aos mais velhos, aos mais ricos e aos mais famosos de escreverem e publicarem os relatos de suas vidas incomuns. Recusando a perspectiva da longa experiência acumulada, os jovens autores de relatos autobiográficos têm pressa de se expôr e de contar suas vivências recentes. Seus testemunhos constituem um painel que, longe de se configurarem como modelar e único, aponta para uma pluralidade de caminhos de vida em cujos mapas sobressai, como legenda comum, o compromisso de nunca renunciar a si mesmos.